

# GANHAR AS ELEIÇÕES REGIONAIS E VENCER AS LEGISLATIVAS



Na Festa do Chão da Lagoa, a maior iniciativa de mobilização que o PSD organiza no plano nacional, Rui Rio foi recebido, no domingo, 28 de julho, nas serras sobranceiras ao Funchal por milhares de militantes e simpatizantes, esteve acompanhado pelo líder regional e presidente do Governo Regional, Miguel Albuquerque, e pelo fundador e antigo líder do PSD da Madeira, Alberto João Jardim



pág. 7

## PRESIDENTE

### CONSELHO NACIONAL APROVA CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS COM 82% DOS VOTOS

O Conselho Nacional do PSD aprovou com 80 votos a favor, 18 contra e dez abstenções as listas de candidatos a deputados à Assembleia da República



pág. 9

## LOCAIS

### PSD/AROUCA CRITICA AJUSTES DIRETOS DA AUTARQUIA

O PSD de Arouca critica a Câmara Municipal por privilegiar ajustes diretos ao adquirir bens e serviços. Em causa está o relatório de uma auditoria da Inspeção-Geral de Finanças ao controlo dos recursos humanos e da contratação pública da autarquia entre 2010 e 2013



pág. 10

## REGIONAIS

### PSD QUER CONHECER CONTAS DA SATA

O grupo parlamentar do PSD/Açores solicitou, dia 30, à tutela "as contas das várias empresas do Grupo SATA relativas ao primeiro semestre deste ano", referindo "a urgência em dispor de informação atualizada sobre a situação financeira da empresa, dado o grave estado da sua operação"



**JOSÉ CANCELA MOURA**  
Diretor do "Povo Livre"

## GOLAGATE

A devastação florestal e, sobretudo, a perda de mais de 100 vidas nos incêndios de 2017 deveriam ter servido de lição. Mas parece que não. O preço que pagamos foi demasiado cruel para um fenómeno que, todos os anos, grassa o nosso País. Há dois anos, o Governo não percebeu as consequências de uma tragédia e não foi capaz de reconhecer os seus erros e omissões. Uma ministra demitiu-se e o Primeiro-Ministro, em boa verdade, nunca chegou a fazer "mea culpa" sincero.

Na passada sexta-feira, o "Jornal de Notícias" titulava em primeira página: "Material entregue nas aldeias para fugir dos incêndios é inflamável" e nascia mais um caso surreal, à medida que a imprensa desnovelava os contornos por detrás dos contratos de aquisição de 70 mil golas antifumo feitas de poliéster, que fazem parte dos 15 mil "kits" de socorro aos incêndios, com um custo de 125 mil euros.

Aberto o habitual inquérito pelo Ministério da Administração Interna, a demissão do adjunto do secretário de Estado da Proteção Civil e também líder da concelhia de Arouca do PS tornou-se inevitável, uma vez que se apurou que havia sido ele a agilizar o procedimento de contratação. Mas a maior surpresa foi quando se concluiu que as golas haviam sido adquiridas a uma empresa constituída dois meses após a criação do programa da Proteção Civil "Aldeia Segura", que opera no setor do turismo de natureza e é detida pelo marido de uma autarca socialista. É mais uma confirmação do nepotismo e da rede tentacular socialista, agora na esfera de uma das mais importantes áreas do Estado – a segurança e a proteção dos cidadãos – e a prova de como se desbarata o dinheiro dos contribuintes. Por outro lado, revela a opacidade que caracteriza os negócios do Estado e da contratação pública, com o atual Governo.

A imagem da Proteção Civil e do próprio MAI saem, uma vez mais, fragilizadas. Como se não bastasse, o ministro em vez de assumir as suas responsabilidades, optou por atacar os autarcas dos recentes incêndios de Mação, Sertã e Vila de Rei, três concelhos onde arderam mais de 9.500 hectares de floresta. Eduardo Cabrita apontou ainda culpas aos jornalistas, a quem acusou de irresponsáveis, alarmistas e "cobras". O ministro, que deveria estar preocupado em garantir a coordenação dos meios, preferiu enveredar pela falta de civismo e pela insinuação. O Governo, que nos deveria proteger dos incendiários, tem, afinal, ele próprio, ministros inflamáveis, quase pirómanos de Estado.

Faltam esclarecimentos cabais sobre este caso e já ninguém se lembra do que aconteceu com a Fundação para a Prevenção e Segurança, criada por Armando Vara, agora a cumprir pena por tráfico de influências, no âmbito do processo Face Oculta. O "golagate" – e isto não tem nada a ver com a pasta dentífrica – tem todos os ingredientes para terminar com mais demissões. O vírus dos negócios nebulosos tomou conta de um Governo em decomposição orgânica.

# DESCOORDENADO AOS INCÊNDIOS

Rui Rio critica a forma como os incêndios foram combatidos em Mação, Sertã e Vila de Rei. O líder do PSD acusa o Governo de "assinalável desorganização" e "descoordenação completa". "Houve uma assinalável desorganização no combate ao incêndio, quando eu pensava e todos pensavam e o ministro da Administração Interna tem dito que está tudo melhor desde os incêndios de 2017. As coisas poderão estar melhor, mas estão muito longe de estarem como deveriam estar", afirmou.

O Presidente do PSD, que esteve dia 29, no Centro Geodésico de Portugal, em Vila de Rei, onde reuniu com os autarcas dos três concelhos afetados pelos recentes fogos, constatou que "os meios de combate não foram otimizados". "Os autarcas, como pessoas que tendo estado no terreno, puderam ver a forma como as coisas evoluíram e a descoordenação foi completa", declarou, acrescentado que, por exemplo, "não se chega a saber que quantidade de refeições é que é necessária num determinado sítio porque não se sabe sequer quantos homens estão nesse sítio".

Rui Rio lembra que o ministro da Administração Interna tem assegurado que "está tudo bem, coordenado e seguro". "Se estivesse tudo bem, coordenado e seguro, não acontecia aquilo que aconteceu", frisou.

O Presidente do PSD diz que, além da descoordenação há também questões de fundo que precisam de ser resolvidas, como é o caso do despovoamento do interior e a gestão da floresta em Portugal, considerando que "ninguém pode pedir ao Governo que resolva, no espaço de 30 dias, 60 dias, um ano ou dois anos" essas questões.

Sobre a compra dos "kits" de proteção do programa "Aldeias Seguras", Rui Rio considera o caso "gravíssimo", defendendo um apuramento total de responsabilidades. "Se isto for verdade, tal e qual como está nas notícias, é gravíssimo. Não tem pés nem cabeças", disse Rui Rio.

Para Rui Rio, a demissão do adjunto do secretário de Estado da Proteção Civil não significa que assunto fica resolvido. "Aquilo que já temos em cima da mesa é que há uma empresa constituída há muito poucos meses e que se dedica ao setor do turismo e que vende golas para usar durante os incêndios que são elas próprias inflamáveis", salientou, apontando ainda que a empresa tem ligação a "um familiar de uma autarca do PS" e que as golas são vendidas a "preços superiores àqueles que são os preços de mercado".

A propósito enquadramento jurídico para o crime de fogo posto, o líder social-democrata entende que é preciso "pensar bem qual a moldura penal que deve ser aplicada e a forma como os próprios tribunais aplicam a moldura penal".

Estima-se que tenham ardido cerca de 9.500 hectares de floresta naqueles três concelhos entre os dias 20 e 23 de julho.



# ENNAÇÃO NO COMBATE DIOS





Rui Rio na 37.ª Festa do Chão da Lagoa

## GANHAR AS ELEIÇÕES REGIONAIS E VENCER AS LEGISLATIVAS

Na Festa do Chão da Lagoa, a maior iniciativa de mobilização que o PSD organiza no plano nacional, Rui Rio foi recebido, no domingo, 28 de julho, nas serras sobranceiras ao Funchal por milhares de militantes e simpatizantes, esteve acompanhado pelo líder regional e presidente do Governo Regional, Miguel Albuquerque, e pelo fundador e antigo líder do PSD da Madeira, Alberto João Jardim.

Numa intervenção de cerca de 20 minutos, Rui Rio insistiu que o caminho é governar o País com “menos impostos, com melhor serviço público, com melhor organização no Serviço Nacional de Saúde, onde as pessoas tenham a possibilidade de mais rapidamente ter a consulta de que precisam, de terem a operação de que precisam e de terem o médico de família de que precisam, [porque] há quase 800 mil portugueses que não têm médico de família”.

Rui Rio diz que o PSD tem dois objetivos “muito importantes” a atingir: ganhar as eleições regionais a 22 de setembro e vencer as legislativas de 06 de outubro. “Um objetivo é manter, aqui, na Madeira, a boa governação que desde sempre a Madeira tem e que trouxe este patamar de desenvolvimento e, a seguir, é no dia 06 de outubro, com a ajuda dos votos dos madeirenses, que Portugal seja capaz de fazer um governo novo, um governo que desenvolva Portugal tal como a Madeira foi desenvolvida e um governo que tire da esfera do poder o PCP e o BE”, assinalou.

Rui Rio alerta que a atual solução governativa, que teve





o apoio parlamentar do PS, PCP e BE, não é experiência a repetir, porque o Governo “promete agora o que não fez em quatro anos”. E, por isso, “ninguém deve ficar em casa”, porque se assim acontecer “isso pode significar ter o PCP e o BE na esfera do poder”.

O Presidente do PSD garante que, no dia de publicação do Orçamento de Estado para 2020, a questão do subsídio social de mobilidade entre a Madeira e o continente será finalmente resolvida.

Rui Rio elogiou a obra do ex-presidente do Governo Regional, Alberto João Jardim, e do atual presidente, Miguel Albuquerque, salientando que “em equipa que ganha não se mexe”. “É necessário procurar uma solução de governo que consiga fazer à escala nacional aquilo que na Madeira há muitos anos se faz, que é desenvolver o país, conseguir baixar a carga fiscal, que o Governo subiu, subiu, subiu para um patamar como nunca se viu na história de Portugal, e, em paralelo com mais impostos, tem piores serviços públicos”, apontou.

**Alberto João Jardim: Rui Rio é um “dirigente partidário que pensa no longo prazo”**

O ex-presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, declarou que Rui Rio é um dirigente partidário “diferente” dos outros, porque pensa a “médio e longo prazo”. “Rui Rio é um dirigente partidário um pouco diferente do habitual”, começou por dizer ainda antes da chegada do líder do PSD à Herdade do Chão da Lagoa.

Alberto João Jardim lembra que “normalmente em Portugal os dirigentes partidários só pensam em votos e ganhar eleições, [mas] o projeto do Rui Rio é um projeto de médio e longo prazo, porque primeiro está o Estado e depois o partido”, destacou, recordando que só Francisco Sá Carneiro fazia o mesmo.

**Miguel Albuquerque: “a autonomia da Madeira é dos madeirenses”**

Miguel Albuquerque, que encerrou a fase dos discursos da Festa do Chão da Lagoa, referiu-se à importância de

manter a esquerda afastada do governo regional na Madeira. “Não vale a pena meter a raposa no galinheiro. Os madeirenses não podem eleger partidos comunistas e socialistas anti-autonomistas para preservar a autonomia”, disse, acrescentando que é “suicidário” pensar em crescimento económico e estabilidade social com uma geringonça no executivo.

Miguel Albuquerque insiste que o PS vai perder as eleições no arquipélago porque “ninguém é masoquista”, e rejeitou a proposta socialista para criar um conselho de concertação das autonomias. “É o que faltava. A autonomia da Madeira é dos madeirenses, a autonomia tem órgãos próprios, tem a Assembleia [Legislativa] e tem o governo”, disse.

Miguel Albuquerque afirma que é sempre uma “grande honra” ter o líder nacional do partido na Festa do Chão da Lagoa, encarado como um momento de “mobilização, unidade e demonstração de força” do PSD. “Vamos ganhar porque o nosso povo é um povo lúcido”, ressaltou Miguel Albuquerque, concluindo: “O nosso povo conhece a sua história, sabe que Madeira foi durante mais de 500 anos discriminada e explorada pelo poder colonial de Lisboa, sabe que nós, em duas gerações, o nosso partido, os sociais-democratas, transformaram uma das regiões mais atrasadas da Europa e de Portugal numa das mais desenvolvidas e prósperas”.



# “PORTUGAL TEM UM PROBLEMA DEMOGRÁFICO GRAVE”



Rui Rio apresentou, dia 24 de julho, em Lisboa, as linhas fundamentais do programa eleitoral do PSD para inverter a tendência demográfica de Portugal, através de políticas de apoio à natalidade, combater a pobreza e assegurar a sustentabilidade da segurança social.

No primeiro conjunto de medidas – de estímulo à natalidade –, o Presidente defende o alargamento da rede nacional de creches e jardins de infância “tendencialmente gratuitos” para crianças entre os seis meses e os cinco anos, assim como o aumento da base de incidência do abono pré-natal e de família. O PSD preconiza um programa de incentivos à construção e requalificação de creches e jardins de infância com autarquias, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e empresas, contando também com verbas dos fundos comunitários.

“Portugal tem um problema demográfico grave, gravíssimo até”, afirmou Rui Rio, estimando que hoje a diferença entre nascimentos e mortes em relação a 1962 é de um saldo negativo de 150 mil pessoas, ou seja, o equivalente a uma cidade como Guimarães.

Rui Rio considera que a alteração deste panorama passa também por “uma política de imigração consistente”. “A primeira pessoa na Europa a entender isso é a presidente da Comissão Europeia [Ursula Von der Leyen], que foi ministra da Família na Alemanha e teve políticas próximas desta”, realçou.

O aumento das deduções com despesas de educação em sede de IRS – que seria majorado para quem viva em territórios do interior – é outra medida avançada pelo PSD, a par da ampliação da base de incidência das famílias com direito a abono de família pré-natal, passando de 9.150,06 euros por ano para 18.300 euros, o que permitiria que “um casal em que ambos ganhem o Salário Mínimo Nacional possam beneficiar do abono pré-natal”.

O programa do PSD prevê também a majoração do abono de família pré-natal em 50% para o segundo filho e 100% para o terceiro filho e seguintes. Quanto ao abono de família, o PSD pretende também rever os seus escalões de forma a alargar a base dos beneficiários, “majorar o segundo filho e seguintes em 50%” e também para famílias que vivam no interior.

O PSD quer ainda alargar a licença de parentalidade de

20 para 26 semanas a partir do segundo filho, desde que metade da segunda metade do tempo (13 semanas) seja partilhada em, pelo menos, 50% do tempo com o pai, “penalizando menos a mulher do ponto de vista profissional”.

Um plano de rastreio da acuidade visual, auditiva e da saúde oral para todas as crianças até aos cinco anos – “a realizar com os meios existentes na administração pública” – completam as medidas prioritárias hoje apresentadas pelo partido no âmbito da natalidade.

No quadro macroeconómico, o PSD estima que as propostas para a natalidade terão um custo de 400 milhões de euros.

## Combater a pobreza e equiparar o salário mínimo nacional

O segundo eixo de atuação do PSD é atacar a pobreza, que passa, desde logo, pelo aumento do salário mínimo nacional (SMN), colocando-o acima dos 700 euros em 2023, e pela sua equiparação entre o sistema público e o privado. “O PSD defende que o SMN tem de ser igual no público e no privado. O PSD defenderá em sede de Concertação Social que o SMN suba sempre acima da inflação e da produtividade, de forma a que em 2023 ultrapasse os 700 euros”, refere.

## Rui Rio recorda que o “salário mínimo na função pública é cerca de 6% mais elevado”.

O Presidente do PSD explicou que o ataque ao flagelo social da pobreza implica a criação de uma unidade de missão para coordenar unidades locais que combatam “bolsas de pobreza”, no âmbito de um plano nacional mais vasto.

Para combater a pobreza infantil, Rui Rio defende uma melhoria da intervenção no acolhimento de crianças e jovens em risco e adoções mais rápidas. “Como sabemos, os processos de adoção levam muito tempo e levam os casais a desistir, temos de voltar a olhar para esse tema para que a adoção, com a devida segurança, possa ser mais célere”, expressou.

Um plano de erradicação dos núcleos de habitação precária e degradada ainda existentes no País, em articulação

com as autarquias, completam as medidas prioritárias do PSD de combate à pobreza, cujos custos o PSD contabiliza na verba prevista para o investimento público (e que, no total, ascende a 3,6 mil milhões de euros).

## “Compromisso alargado” sobre a reforma da segurança social

A reforma da segurança social é outro compromisso do PSD para a próxima legislatura. De acordo com Rui Rio, a “reforma do modelo de financiamento da Segurança Social” não deve depender “em exclusivo da massa salarial e que considere o valor acrescentado líquido das empresas”. Em segundo lugar, o PSD propõe que este compromisso alargado fomente a “adoção de regimes complementares de segurança social em sede de contratação coletiva, através de um quadro regulatório favorável à poupança de base profissional e individual”. Por fim, em sede de concertação social, o PSD propõe-se apresentar “medidas de flexibilização da transição da idade ativa para a aposentação, criando incentivos para soluções de trabalho em tempo parcial e prolongamento da atividade”.

Rui Rio reitera que há matérias, como a segurança social, que têm de ser alvo de um “compromisso alargado”, alertando que, se não antevê problemas no setor no curto prazo, “lá longe” é necessário assegurar a sua sustentabilidade. “É um imperativo do país, de todos, não é tarefa exclusiva de um só partido”, afirmou.

Rui Rio destacou que a medida mais “estruturante” na proposta social-democrata sobre segurança social é a que prevê a discussão em concertação social de uma transição mais suave entre a vida ativa e a reforma. “Portugal e a Europa vão ter de fazer isto: as pessoas em vez de entrarem abruptamente na reforma, começam por trabalhar a tempo parcial”, afirmou, considerando que tal é bom para o trabalhador, mas também para a segurança social.

O líder do PSD exemplificou que um trabalhador nos últimos anos da sua vida ativa poderia trabalhar menos dias por semana, e a diminuição de salário pago pela entidade patronal seria compensada pela “diminuição ou até eliminação” da Taxa Social Única a ser paga à Segurança Social, de forma a que não houvesse perda de rendimento.

## ÚLTIMA HORA

CONSELHO NACIONAL APROVA CANDIDATOS  
ÀS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS COM 82%  
DOS VOTOS

O Conselho Nacional do PSD aprovou com 82% dos votos as listas de candidatos para os 22 círculos eleitorais à Assembleia da República. Na reunião do órgão máximo entre congressos, que começou cerca das 22h00, esta terça-feira, em Guimarães, do total de 108 votos expressos, registaram-se 80 votos a favor, 18 contra e dez abstenções.

No final da reunião, já depois das 3h00, Rui Rio saudou a aprovação das listas de candidatos a deputados.

De acordo com o secretário-geral do PSD, José Silvano, do total dos 326 candidatos a deputados, entre efetivos e suplentes, 176 são homens e 150 são mulheres.

As linhas gerais do programa do PSD foram igualmente aprovadas pelo Conselho Nacional. Foi ainda ratificada a escolha de José Manuel Bolieiro como novo vice-Presidente da Comissão Política Nacional (com 84 votos favoráveis, 18 brancos e 12 nulos).



## OPINIÃO

## CENTROS DE RECOLHA DE ANIMAIS

Os Centros de Recolha Oficiais (CRO) dão cumprimento ao disposto no decreto-lei n.º 276/2001 de 17 de outubro que os define da seguinte forma: "Centro de recolha: qualquer alojamento oficial onde um animal é hospedado por um período determinado pela autoridade competente, nomeadamente os cães e gatos municipais."

As Câmaras Municipais são obrigadas a dispor de instalações apropriadas para o alojamento de animais errantes. Durante décadas e, apesar da legislação em vigor alguns dos municípios protelaram a existência de um alojamento sem fins lucrativos oficial (CRO) que desse resposta às necessidades locais de errância dos animais de companhia. Durante décadas pouco ou nada se fez na luta contra o abandono de animais de companhia. A legislação referente à obrigatoriedade de identificação eletrónica já completou 10 anos e deveria ter sido feita uma avaliação de impacto desta medida. Se o sucesso da legislação tivesse sido elevado e a população detentora de animais de companhia, neste caso concreto cães, cumprindo-se escrupulosamente a mesma, não teríamos os milhares de animais recolhidos anualmente pelos serviços competentes. Em vez de discutirmos a problemática da taxa de adoção deveríamos estar a discutir a temática da taxa de devolução aos detentores.

A política de melhoria contínua, salvaguarda da saúde pública, salvaguarda da saúde animal e proteção animal tem de ser uma prioridade na gestão de um CRO. O trabalho em rede das instituições oficiais, sociedade civil e associações é fundamental na resolução e minimização dos problemas associados ao descontrolo da população canina e felina no nosso País. Uma boa articulação de meios e, a definição clara daquilo que são as competências da administração local e central, apoiada por uma cidadania ativa constituem parte fundamental para uma estratégia positiva da temática. A promoção do BEA, proteção animal e incentivo a uma adoção responsável resulta em diversas medidas e iniciativas que se revelam importantes na sensibilização da população. Os CRO fazem a gestão da lotação do espaço sem recorrer à ocisão/indução da morte dos animais saudáveis, passíveis de adoção responsável, aí alojados. As adoções dos animais aí alojados são fundamentais na defesa das condições de bem-estar desses mesmos animais, em cumprimento com a Lei n.º 27/2016 de 23 de agosto ("Aprova medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais e estabelece a proibição do abate de animais errantes como forma de controlo da população"). O Médico Veterinário da Câmara Municipal, enquanto responsável técnico dos CRO, é o primeiro defensor da aplicação dos diplomas legais.

Neste momento encontramos-nos num ponto de desequilíbrio. A visão daquilo que os políticos pretendem da sociedade e dos seus animais, esbarra com a dura realidade. O descontrolo populacional é um facto que leva o seu tempo a corrigir.



Liliana Vaz de Carvalho

Médica veterinária

# ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE QUOTIZAÇÕES

Foi publicado no Povo Livre de 24/07/19 o novo Regulamento de Quotizações.

As grandes alterações prendem-se com:

1. a disponibilização de novos meios de pagamento de quotas, como o mbway ou o cartão de crédito, através da app mobile do PSD, disponível para android e iOS;
2. a limitação do uso do vale postal para pagamento de quotas. A partir da entrada em vigor do Regulamento, apenas os militantes com 60 anos ou mais poderão pagar por vale postal. Todos os demais militantes poderão usar a referência de multibanco, o débito direto, o mbway ou o cartão de crédito. Simultaneamente, facilita-se a regularização de suspensos via app mobile do PSD;
3. a criação de um sistema de isenção de quotas para militantes com uma incapacidade reconhecida de 75% ou mais e rendimentos até 1,5 vezes o Indexante dos Apoios Sociais (IAS).

A utilização do vale postal, ao contrário do que se possa pensar, não era utilizado por militantes mais antigos, mas sim pelas faixas etárias mais novas ou com menos de 60 anos, o que justifica que esses militantes sejam canalizados para meios de pagamento mais modernos. Os constrangimentos criados pelo pagamento por vale postal, inclusive no caso de militantes suspensos, são conhecidos. É isso que se pretende solucionar, reforçando a transparência, mas não esquecendo aqueles que podem ter mais dificuldade na adaptação aos novos sistemas de pagamento.

Assim, se a Sede rececionar vales postais de militantes com menos de 60 anos de idade os mesmos serão devolvidos ou colocados à disposição dos militantes para levantamento, i.e., a sua quota deixa de poder ser paga por essa via.

Esta é uma mudança muito importante e inserida na modernização dos serviços e sistemas informáticos do PSD, aumentando os níveis de controlo e transparência no processamento dos pagamentos.

O novo regulamento já publicado entra em vigor no dia 08/08/2019.

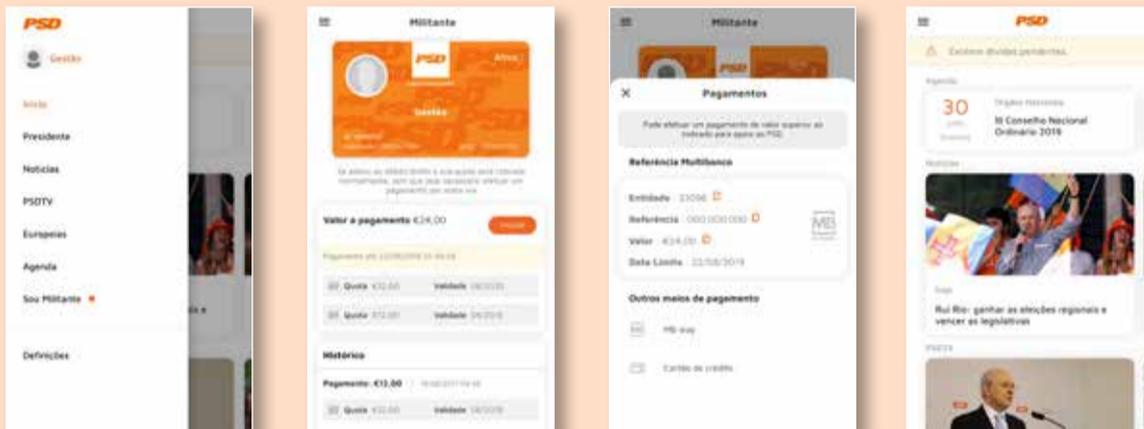
## App mobile PSD

O militante pode aceder a informações sobre quotas se fizer o registo na app mobile do PSD. O registo inclui validações da identidade do militante e dos seus contactos (confirmação de contacto móvel e de e-mail).

Já é possível gerar também a sua referência de pagamento MB na app mobile do PSD ou pagar por mbway ou cartão de crédito.

Mesmo que a referência de 90 dias tenha expirado, o militante pode autonomamente gerar uma nova referência ou escolher outro meio de pagamento na app. Tudo sem ter de maçar a contactar a sede. Tudo é mais fácil, tudo é mais transparente.

A app permite também a consulta do histórico de pagamentos até 10 anos.



## INSTALE HOJE A SUA APP MOBILE PSD



Get it on Google play



Download on the App Store

## Novo serviço para acesso à referência de pagamento

Sempre a inovar, o PSD lança no início de agosto um serviço automatizado para o militante aceder à sua quota de pagamento. Para o efeito, basta enviar um sms para o número 927587111 com o seu número de militante. Se os números de telemóvel usado no envio e de militante baterem certo com os registos do Partido, a resposta devolvida é a referência de pagamento por multibanco e o respetivo valor da quota.

Os militantes suspensos ou com morada desconhecida terão sempre de, previamente, atualizar a sua morada e contactos.

A titularidade dos contactos do militante deve ser comprovada quando for requerida a respetiva atualização junto dos serviços de ficheiros.

Em paralelo, no mês anterior ao da filiação de cada militante, o Partido continuará a enviar por e-mail, sms ou carta o respetivo aviso da quota para pagamento, com uma referência válida por 90 dias. Os militantes que não tenham e-mail ou n.º. de telemóvel recebem o respetivo aviso por carta.



**PSD**

SMS: 927 587 111

---

**REFERÊNCIA DE MB PARA O PAGAMENTO DA QUOTA**

Envie um sms com o n.º. de militante do seu número móvel registado para 927587111



INSTRUÇÕES

- Envie um sms do seu n.º. de telemóvel registado no Partido e receba uma resposta automatizada
- Aceda a outros meios de pagamento na APP mobile do PSD (mbway e cartão de crédito)
- Atualize os seus dados de contacto através do e-mail [implantacao@psd.pt](mailto:implantacao@psd.pt)

INSTALE A APP MOBILE DO PSD

PARA MAIS INFORMAÇÕES:  
213 918 500

  
ANDROID

  
APPSTORE



# PSD/AROUCA CRITICA AJUSTES DIRETOS DA AUTARQUIA

O PSD de Arouca critica a Câmara Municipal por privilegiar ajustes diretos ao adquirir bens e serviços. Em causa está o relatório de uma auditoria da Inspeção-Geral de Finanças ao controlo dos recursos humanos e da contratação pública da Câmara Municipal de Arouca, no período de 2010 a 2013, quando o órgão era presidido por José Artur Neves, atual secretário de Estado da Proteção Civil, e tinha como vice-presidente Margarida Belém, que lhe sucedeu na liderança da autarquia.

Lamentando que o resultado da auditoria só tenha sido divulgado “este ano”, os sociais-democratas alertam para “um conjunto de ocorrências preocupantes, que evidenciam uma gestão pouco rigorosa e nefasta, confirmando as observações críticas que em tempo útil os autarcas [do PSD] fizeram”.

No comunicado, o PSD explica que as evidências apontadas no relatório “permitem concluir que a gestão de José Artur Neves foi pouco responsável, pouco rigorosa e lesiva dos interesses do município”.

“Perante tal, não esquecemos que a atual presidente da Câmara, Margarida Belém, continua a lavar nos mesmos e reprováveis erros de que o citado ‘predomínio do ajuste direto nas aquisições de bens e serviços’ é a face mais visível”, acrescenta a Secção liderada por Rui Vilar Gomes.

O PSD/Arouca afirma que a auditoria demonstra que as aquisições de bens e serviços foram sujeitas a um “frágil ambiente de controlo interno” e, citando o relatório, dão exemplos: “delegação ilegal de competências no presidente da Câmara, ausência de controlo de acumulação de funções públicas, pagamento indevido de 5.900 euros por incorreta aplicação das medidas de restrição orçamental, pagamento indevido de contratos de prestação de serviços de 71.500 euros, utilização ilegal de contratos de trabalho temporário e pagamentos indevidos de 30.700 euros”.

Ainda com base nas conclusões da auditoria, o PSD também critica a “falta de parecer prévio vinculativo e de aplicação de medidas de restrição orçamental”, assim como “as adjudicações de empreitadas de 8,8 milhões de euros, dos quais 85% seguiram o procedimento de ajuste direto e 15% o concurso público”.



## PORTUGAL PRECISA MENOS TEMPO DE ESPERA PARA CONSULTAS E CIRURGIAS



## PSD QUER CONHECER CONTAS DA SATA

O grupo parlamentar do PSD/Açores solicitou, dia 30, à tutela “as contas das várias empresas do Grupo SATA relativas ao primeiro semestre deste ano”, referindo “a urgência em dispor de informação atualizada sobre a situação financeira da empresa, dado o grave estado da sua operação”, adiantou António Vasco Viveiros.

O deputado elencou os vários “e preocupantes” fatores “que levam a requerer as contas destes primeiros seis meses, ainda que provisórias e sujeitas aos necessários ajustamentos, nomeadamente dado o resultado negativo superior a 22 milhões de euros que o Grupo SATA apresentou no primeiro trimestre de 2019”.

“Recorde-se que as contas relativas a 2018 atingiram um resultado negativo superior a 50 milhões de euros, mas só o início deste ano já se verifica um agravamento muito significativo, relativamente ao período homólogo de 2018”, avançou António Vasco Viveiros.

O deputado social-democrata estima que os resultados do primeiro semestre “poderão já ser mesmo superiores aos 50 milhões de euros, isto considerando as anomalias graves que tem caracterizado a operação da empresa nos últimos meses”.

Para o deputado, “está em causa a sobrevivência da empresa e o seu regular funcionamento, sendo fundamental que os agentes políticos e os açorianos conheçam a real situação do Grupo SATA”.



## “COBERTURA INSUFICIENTE” DE TELECOMUNICAÇÕES NA ILHA DO PICO

Os deputados do PSD/Açores eleitos pelo Pico alertam para a “cobertura insuficiente” de telecomunicações na Ilha, nomeadamente no acesso às redes móvel e de fibra ótica. “A Ilha do Pico encontra-se insuficientemente servida de infraestruturas de telecomunicações. É exemplo disso o sinal da rede de telemóvel que é inexistente nas partes altas e interior da Ilha, por onde circulam todos os dias imensos agricultores, população residente que atravessa a Ilha, a que no verão se somam inúmeros turistas. Também em algumas freguesias ainda subsistem várias ‘zonas escuras’”, afirmaram Jorge Jorge e Marco Costa.

Em requerimento enviado à Assembleia Legislativa dos Açores, os deputados social-democratas chamaram também a atenção para a “deficiente acessibilidade ao serviço de fibra ótica em algumas freguesias” da Ilha do Pico, o que consideram ser uma “falha bastante grave”.

“Muitos dos picoenses estão ainda limitados a um serviço antigo e obsoleto de ADSL e Satélite, com acessos à Internet e televisão mediocres e caros, que não satisfazem as necessidades atuais de quem diariamente a eles recorre para trabalhar, estudar, comunicar ou simplesmente para lazer”, disseram.

Para Jorge Jorge e Marco Costa, o acesso com “qualidade e fiabilidade” às redes de telecomunicações fixas e móveis constitui “um dos novos direitos de cidadania, competindo aos poderes públicos garantir a todos os cidadãos igualdade de acesso aos respetivos serviços”.

“Estas situações têm de merecer disponibilidade e abertura do Governo Regional para serem resolvidas em conjunto com as operadoras. As populações das freguesias e lugares do Pico sem cobertura das redes de fibra ótica ou móvel exigem igualdade de acesso às novas realidades comunicacionais”, sublinharam.

Os deputados do PSD/Açores eleitos pelo Pico defendem, face à dimensão territorial, económica e populacional da Ilha, a “generalização” do acesso à rede de fibra ótica em todas as freguesias e à rede móvel em toda a extensão da Ilha.

Jorge Jorge e Marco Costa questionaram o Governo Regional no sentido de saber que medidas pretende o executivo tomar para resolver esta situação, quer junto das operadoras de telecomunicações quer junto da Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM).



# POVO LIVRE

Director: Luis Álvaro Campos Ferreira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povoivre@psd.pt

Cumprimentos de Ano Novo levaram Governo a Belém



**Presidente da República e Primeiro-Ministro  
congratularam-se pelos resultados  
da cooperação institucional**

página 3



...necessidade de reforma do sistema político  
merece concordância do PSD e do PS

página 5



Grupo Cultural de Valpaços em S. Bento  
para cantar as Janeiras a Durão Barroso

página 5

**Edição n.º 1305 do "Povo Livre" | de 08 de janeiro de 2003.**

"Presidente da República e Primeiro-Ministro congratularam-se pelos resultados da cooperação institucional". Durão Barroso deslocava-se ao Palácio de Belém para apresentar cumprimentos de Ano Novo ao Presidente da República, Jorge Sampaio.

**CONVOCATÓRIAS DO PSD****RECEÇÃO**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt

**SECÇÕES****PONTE DE LIMA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Ponte de Lima, para reunir em sessão ordinária, a realizar no próximo dia 9 de Agosto (sexta-feira) de 2019, pelas 20H30, na sua sede, sita no Largo Dr. Vieira de Araújo nº 24, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

Ponto único: Análise da situação político-partidária Local e Nacional

**CONVOCATÓRIAS DA JSD****RECEÇÃO**

Segunda-feira até 18h00

email: teresa.santos@jsd.pt

**NÚCLEO DE VILAR DE ANDORINHO – V. N. GAIA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do núcleo da JSD de Vilar de Andorinho, para reunirem no dia 7 de Setembro de 2019, pelas 17 horas, na sede do PSD da Vila Nova de Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro nº 1323, 4430-999 Vila Nova de Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

**Notas:**

As urnas estarão abertas entre as 17.00 horas e as 19.00 horas. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Vila Nova de Gaia ou a quem estatutariamente o substituta, até as 23h59m, do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

**INFORMAMOS OS NOSSOS LEITORES QUE O “POVO LIVRE” INTERROMPE  
PARA FÉRIAS DURANTE O MÊS DE AGOSTO. ESTAREMOS DE VOLTA  
NO DIA 11 DE SETEMBRO DE 2019. BOAS FÉRIAS!**